

VINICIUS GOMES DE VASCONCELLOS

BARGANHA

E JUSTIÇA CRIMINAL NEGOCIAL:
análise das tendências de expansão dos espaços
de consenso no processo penal brasileiro

2ª EDIÇÃO





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, Vinicius Gomes de Vasconcellos.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe | Plácido Arraes

Editor | Tales Leon de Marco

Produtora Editorial | Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico | Enzo Zaquieu Prates

Diagramação | Enzo Zaquieu Prates

Catálogo na Publicação (CIP)

V331 Vasconcellos, Vinicius Gomes de
Barganha e Justiça Criminal Negocial : análise das tendências de expansão dos espaços
de consenso no processo penal brasileiro / Vinicius Gomes de Vasconcellos. - 2. ed., 3. reimp.
– Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
232 p.

ISBN 978-65-5589-262-8

1. Direito. 2. Direito processual penal. I. Título.

CDDir: 341.43

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

Sumário

Prefácio	13
Apresentação	19
Introdução	23
I. Legalidade ou oportunidade: definindo variáveis e delimitando as balizas da barganha no sistema de justiça consensual	31
1.1. Legalidade, oportunidade e consenso.	
Delimitações e problematizações iniciais	31
1.1.1. Legalidade e oportunidade no processo penal: um exemplo de confusão doutrinária decorrente de definições inoperantes.....	32
1.1.2. Obrigatoriedade e oportunidade em um cenário de legalidade ou discricionariedade: esclarecimentos na busca por precisão conceitual na proposta de definições.....	39
1.1.3. A justiça consensual em termos de oportunidade.....	48
1.1.4. A justiça consensual entre os mecanismos de diversificação e de aceleração processual.....	53
1.2. A barganha como expressão consensual da oportunidade: definição, fundamentos e pressupostos (análise introdutória do cenário estadunidense para a delimitação do instituto negocial).....	59

1.2.1. Definindo as demarcações conceituais do instituto da barganha.....	64
1.2.2. Causas e justificações: a barganha entre necessidade e utilidade ao poder punitivo.....	71
1.2.3. Requisitos: a ilusória tentativa de racionalização e limitação da metástase negocial.....	85
1.2.3.1. Voluntariedade: a suposta liberdade de escolha para negociar e renunciar ao processo.....	87
1.2.3.2. Informação/Inteligência: as ficções da decisão informada e da escolha racional.....	89
1.2.3.3. Adequação/exatidão: a falácia do controle judicial acerca da base fática.....	91
1.2.4. Espécies de barganha: sobre o objeto e as modalidades do mecanismo transacional.....	92
2. Espaços de consenso na Justiça Criminal Brasileira e suas tendências de expansão: mecanismos atuais e crítica das propostas de ampliação.....	99
2.1. Juizados Especiais Criminais e a informalização do processo penal. A sumarização das garantias fundamentais. Delimitações acerca dos institutos precursores à barganha no ordenamento brasileiro.....	99
2.1.1. Os institutos consensuais precursores: composição civil, transação penal e suspensão condicional do processo.....	102
2.2. Delação Premiada e Acordos de Leniência: a relativização do mínimo ético na persecução penal estatal e o desvirtuamento da distribuição das cargas probatórias no processo.....	110
2.3. As propostas atuais de introdução e expansão da barganha na justiça criminal brasileira: análise crítica das tendências de ampliação dos espaços de consenso.....	125
3. Desvelando a tensão entre a barganha e os fundamentos de um processo penal democrático. Críticas teóricas e empíricas ao modelo negocial.....	143
3.1 Críticas ao modelo consensual e ao instituto da barganha no processo penal.....	143

3.1.1. Expansão do Direito Penal e o empecilho do devido processo legal. Políticas utilitário-economicistas, mercantilização processual e relativização de garantias fundamentais.....	149
3.1.2. Barganhas, relações e concessões: a corrupção dos fundamentos e dos papéis dos atores do sistema de justiça criminal.....	157
3.1.3. O problema dos inocentes e a coercibilidade da proposta: quando o processo penal desconsidera sua principal função.....	161
3.1.4. O retrocesso processual autoritário: fortalecimento da confissão, relativização das regras de exclusão de provas ilícitas, ofuscação da publicidade e desaparecimento do contraditório em razão da preeminência da investigação preliminar.....	170
3.1.5. O desequilíbrio da balança entre os atores processuais: promotor como acusador e julgador. Há igualdade entre as partes na barganha?.....	175
3.1.6. O desaparecimento do processo e da defesa: questionando a renunciabilidade de tais direitos. Da crítica à ilusão de autonomia ao desvelamento da punição pela não renúncia.....	179
3.2. A realidade que questiona a “revolução”: críticas empíricas à barganha. Estudo da introdução dos espaços de consenso na justiça criminal brasileira e sua concretização potencializadora de violações de direitos fundamentais.....	189
Considerações Finais.....	201
Referências.....	211